

INCLUSÃO DIGITAL

Conhecimento em Informática pode melhorar quadro social

Oficinas e telecentros são algumas das soluções para a democratização digital



Magda Silvério

Usuários em telecentro, uma das principais ferramentas do governo para a inclusão digital

EDITORIAL

Inclusão digital. Por trás destas duas palavras você também encontra acesso, diminuição de distâncias e igualdade. Tudo isso é possível com o oferecimento de oportunidades iguais para todas as pessoas. No século da tecnologia completamente inserida em nosso cotidiano, isso passa, obrigatoriamente, pela inclusão digital.

Seria fácil argumentar que, em um país ainda tão cheio de carências como o Brasil, a inclusão digital e o acesso à tecnologia por parte da população deveriam ser a última das prioridades. Fácil também, no entanto, seria derrubar este argumento: hoje em dia, dificuldades surgem para alguém sem um computador conectado à internet.

Seja em casa, no trabalho ou nas milhares de *lan houses* espalhadas pelo País, o brasileiro mostra que a própria inserção digital serve como facilitador no combate aos problemas sociais: um desempregado, por exemplo, terá muito mais chance de conseguir um emprego procurando vagas na internet e enviando seu currículo por e-mail.

Nesta edição do Espaço Cidadania você conhece como os telecentros vêm atuando para aumentar a inclusão digital e a educação a distância faz com que estudantes tenham acesso a um ensino de qualidade antes impossibilitado pela localização. Confere também que as redes sociais podem ter função pública e social e a tecnologia pode ajudar na inclusão de deficientes. Boa leitura!

Prof. Dr. Marcio de Moraes
Reitor

BRUNA CRAVO

A inclusão digital pode ser considerada toda a ação que permite que a informática e seus recursos estejam à disposição da população. Também visa melhorar as condições de vida dos cidadãos por meio da tecnologia. Segundo Magda Silvério, que coordenou a Oficina de Inclusão Digital realizada pela Universidade Metodista de São Paulo, “não basta disponibilizar o computador e o acesso à internet, mas é preciso tornar possível a sua utilização, oferecendo o conhecimento para a utilização dos recursos”.

Para a professora, as vantagens da inclusão digital podem ser resumidas em democratização do conhecimento. “O domínio da informática ajuda na busca de outros saberes, de informações sobre seus direitos, cultura e origens”, diz. Entretanto, faz-se necessária a prática da navegação online, para que a mesma não caia no esquecimento.

A inclusão digital é bastante falada no Brasil, mas ainda pouco realizada. Muitas regiões têm o acesso à tecnologia limitado. Por mais que escolas ou

empresas tenham computadores, é comum notar que não há acesso à internet ou instrutores qualificados para lidar com essa dificuldade.

TELECENTROS

Tentando minimizar esse quadro, o Governo Federal investe em Telecentros. Segundo o ONID (Observatório Nacional de Inclusão Digital), eles funcionam com a implantação de espaços públicos e comunitários de inclusão digital. Há a disponibilidade de equipamentos de informática e serviços de conexão à internet. Os monitores que auxiliam no uso dos equipamentos recebem uma bolsa de auxílio financeiro e participam de um curso de formação para atuarem como agentes de inclusão.

Ainda de acordo com a ONID, há mais de 7 mil telecentros espalhados pelo Brasil, distribuídos em 95 programas de inclusão digital. Dentre esses programas, há o Acesso São Paulo, de abrangência estadual, que oferece acesso às novas tecnologias da informação e comunicação, incluindo a internet, contribuindo para o

desenvolvimento dos paulistas. São 448 telecentros espalhados por todo o Estado, geralmente em locais de grande circulação, como estações de trens e metrô e em unidades do Poupá Tempo.

No ABC, a Secretaria da Educação de Santo André promove oficinas de inclusão. Intitulado Projeto Santo André Digital, o curso tem o objetivo de capacitar o aluno, o professor e a comunidade por meio do uso da tecnologia. De abrangência municipal, o projeto conta com dois telecentros.

De acordo com Magda Silvério, além de permitir o acesso à informática e seus recursos, a inclusão digital possibilita melhorias na perspectiva de emprego e oferece novos meios de comunicação. Para tanto, é necessário que o aprendizado não fique apenas nas telas dos computadores, mas fazer com que as aulas sejam direcionadas seguindo as expectativas de cada aluno. “É importante ter cursos específicos para pessoas que estão no mercado de trabalho, que dê ferramentas para que elas possam melhorar e crescer”, conclui.

INCLUSÃO: UMA PALAVRA ATEMPORAL

Não há como negar que os avanços da tecnologia têm proporcionado inúmeros benefícios, seja contribuindo com a descoberta e o tratamento de diversos tipos de doenças, seja tornando a vida em sociedade mais prática graças à internet ou ainda diminuindo as distâncias entre as pessoas com um simples clique.

Entretanto, ao abordarmos a questão da inclusão, automaticamente afirmamos que o contrário também é verdadeiro. Neste espaço, em particular, estamos lidando com a realidade de pessoas que estão à margem do acesso tecnológico, numa época em que não é mais possível imaginar o mundo sem este tipo de recurso.

E para que essa situação seja diferente, é preciso parar e considerar o que realmente significa incluir. Uma das definições apresentadas pelo dicionário Aurélio diz: “estar incluído ou compreendido; fazer parte; figurar entre outros; pertencer, juntamente com outros”.

Independentemente da crença, se há um exemplo que a ser seguido é o de Jesus. Durante todo o seu ministério, Ele não fazia nenhum tipo de diferenciação entre as pessoas. Pelo contrário, suas ações eram sempre no sentido de aproximá-las.

A Bíblia menciona diversas situações em que isso ocorre. No livro de Marcos, O vemos ensinando a multidão a respeito do casamento até que, em um determinado momento, começaram a trazer crianças para que Ele as tocasse. “Mas os discípulos o repreendiam. Quando Jesus viu isso, ficou indignado e lhes disse: ‘Deixem vir a mim as crianças, não as impeçam; pois o Reino de Deus pertence aos que são semelhantes a elas’” (Mc 10.13,14).

Já na passagem em que é relatada a multiplicação dos pães e peixes, Jesus tem atitude semelhante por duas vezes. A primeira quando Ele e os discípulos se retiravam para a cidade de Betsaida. O povo, ao ficar sabendo para onde iam, decidiu segui-los. Em vez de impedir que as pessoas se aproximassem, “Ele as acolheu, e falava-lhes acerca do Reino de Deus, e curava os que precisavam de cura.” (Lc 9.11). Ao final daquele dia, os discípulos sugeriram que Jesus dispersasse a multidão para que pudessem se alimentar. Novamente Ele não permitiu que isso acontecesse e realizou o milagre. (Mc. 6.35-44).

Assim como Jesus, que tratou igualmente as pessoas, as iniciativas do governo e de instituições da sociedade civil são muito bem-vindas quando o objetivo é dar o mesmo tratamento a todos, não importando a classe social, de maneira que possam usufruir dos mesmos recursos e acessos tecnológicos.

Gabriela Rodrigues, Jornalista, integrante da equipe da Gerência de Comunicação da Universidade Metodista de São Paulo

Educação a distância recurso de múltipl

Ferramentas tecnológicas possibilitam o aprendizado em qual

GUSTAVO CARNEIRO

Por meio da educação a distância (EAD) e dos recursos tecnológicos, hoje as instituições de ensino têm condições de oferecer acesso ao estudo de maneira diferenciada, ajudando os alunos a serem mais independentes com o seu aprendizado. Ao contrário da aula tradicional, com o professor em sala, e que tem horário marcado para começar e terminar, as aulas a distância permitem que o estudante gerencie seu tempo de estudos de acordo com suas necessidades.

Segundo Adriana Barroso, professora e Coordenadora do Núcleo de Educação a Distância da Universidade Metodista de São Paulo, os maiores beneficiados com este tipo de formação são as pessoas que já estão no mercado de trabalho e buscam uma graduação acadêmica, ou até mesmo mudar de profissão, mas não têm tempo para frequentar as aulas presenciais diariamente. “Quem vive longe dos grandes centros urbanos e das instituições mais conceituadas, onde poderiam ter acesso ao ensino superior, também ganha com essa tecnologia”, diz Adriana.

Para a professora, uma das maio-

res dificuldades deste tipo de plataforma é a familiarização do aluno com o aparato tecnológico. “Muitas vezes, há uma trava com o método de ensino e com o processo mediado pela tecnologia. Superado esse medo, o aprendizado ocorre normalmente”, afirma.

Além da formação universitária, é possível desenvolver outros tipos de aprendizados por meio da internet. O Instituto Crescer para a Cidadania, criado em 2000, atua com projetos voltados ao desenvolvimento da educação básica, inclusão digital, qualificação profissional e desenvolvimento comunitário. “O aprendiz pode participar de redes sociais sobre assuntos específicos ou mesmo interagir com especialistas. O uso de recursos multimídia ajuda bastante, afinal é muito mais fácil entender o funcionamento do corpo humano tendo acesso a um material em 3D”, comenta Luciana Maria Allan, diretora técnica do instituto.

Segundo Luciana, a utilização de redes sociais é outra ferramenta tecnológica muito comum em eventos e palestras. “O estudante ganha maior interatividade com o palestrante, que até responde perguntas feitas pelas mídias digitais, tornando o processo mais dinâmico”, explica.



ncia: um as ações

quer momento da vida



ENTREVISTA

My Fun City: rede social avalia serviços públicos da cidade

Uso da internet e das redes sociais estimula a cidadania

AMPLIANDO O CONHECIMENTO

Livros

Educação a Distância – Prática e formação do profissional reflexivo

Autor: José Armando Valente

A obra reúne artigos que possibilitam ao profissional de diversas áreas analisar, discutir e desenvolver questionamentos sobre a EAD na formação do profissional reflexivo, destacando o ciclo da ação – reflexão e a prática reflexiva como campos de investigação.

Site

www.intitutumcrescer.org.br

A missão educacional do instituto é atuar como agente transformador, criando oportunidades de crescimento e desenvolvimento de pessoas e organizações, rumo à cidadania.



Alexandre Sayad, diretor geral do My Fun City, aplicativo que aponta qualidade de serviços das cidades

Marina Olegario

Criado em parceria com as universidades norte-americanas de Harvard e Massachusetts Institute of Technology (MIT), juntamente com a ONG Movimento Mais Feliz, o aplicativo My Fun City faz uso da colaboração de internautas para apontar a qualidade dos serviços e equipamentos públicos da região de uma cidade e, automaticamente, criar um banco de informações sobre as mesmas, determinando as condições de vida naquela localidade.

O My Fun City é gratuito e propõe que os cidadãos avaliem itens como sinalização, atendimento à saúde, oferta cultural, árvores e canteiros nas vias, linhas de ônibus, área de lazer, conservação das calçadas, policiamento, lixeiras, poluição sonora e poluição visual. Cada serviço público recebe uma nota de satisfação e os dados podem ser acessados pela prefeitura da cidade avaliada. “Queremos que essas informações sirvam de base para que as políticas públicas das regiões sejam efetivadas. Estamos preocupados em conectar o aplicativo com organizações e governos que estão pensando na administração desses municípios”, explica Alexandre Sayad, diretor geral do My Fun City. Ele conversa com o Espaço Cidadania:

Espaço Cidadania: Como surgiu o My Fun City?

Alexandre Sayad: Dentro do Movimento Mais Feliz nos já fazíamos eventos de captação de recursos. Quando

fomos para o MIT, voltamos com a ideia de que a cidadania tinha que passar para o digital. Tentamos colocar a nossa inteligência e recursos para desenvolver produtos para a internet que tinham a ver com cidadania. Com isso, criamos o My Fun City, uma rede social com interesse público. Buscamos parceiros tecnológicos, investidores e montamos uma empresa social que faz parte do famoso setor 2.5, uma tendência que agora está muito forte, pois é uma companhia de caráter social que reverte pelo menos 50% dos lucros para o próprio investimento.

Espaço Cidadania: Como funciona o aplicativo?

Alexandre Sayad: É o mesmo princípio de uma rede social, só que é uma comunidade geolocalizada, ou seja, o usuário faz um check in, no Iphone ou no Ipad e já é localizado pelo Google Maps. A partir daí, o internauta irá responder algumas perguntas em onze áreas diferentes e cada uma delas deverá receber uma avaliação entre péssimo e excelente. Tem questões ligadas ao verde, ao lixo, trânsito, poluição sonora, poluição visual e rede de esgoto. É possível visualizar quem está perto da sua região, acompanhar a média de estatística das respostas daquela área, escrever comentários e anexar fotos. No fundo, é uma rede social que gira em torno da cidadania. Em São Paulo, por exemplo, estamos fazendo acordos com redes de organizações não-governamentais que trabalham a questão das cidades e da

arquivo pessoal

gestão pública. Também disponibilizamos os dados para as prefeituras.

Espaço Cidadania: A plataforma permite uma aproximação entre as comunidades e a sociedade civil?

Alexandre Sayad: Sim, e acho que essa questão vem amadurecendo no Brasil há uns 15 anos - desde o nascimento do terceiro setor e o despertar de um senso de comunidade, de participação na administração pública, que vai além do voto como ferramenta de escolha. No fundo, a política é bem mais complexa do que simplesmente eleger governantes, ela envolve com profundidade as questões locais - afinal, as esferas federal ou estadual só existem em função da esfera local. Mais do que aproximar os cidadãos da política ou das ONGs, o objetivo dessa plataforma é fazer com que as pessoas entendam que é na micropolítica que as coisas acontecem. Não é à toa que cidadania e cidade têm o mesmo radical.

Espaço Cidadania: Qual a importância de trabalhar cidadania junto com tecnologia?

Alexandre Sayad: Quando eu fui para o MIT senti que não é nem o futuro, mas sim o presente da cidadania deve passar pela questão tecnológica. Não tem muita escapatória, afinal se ignorarmos essa plataforma, que envolve direitos e deveres dos cidadãos, vamos abrir uma brecha enorme para que pessoas que não nos representem tomem espaços e nada mude.

Espaço Cidadania: Quais as próximas atualizações da ferramenta? Existem parcerias?

Alexandre Sayad: Estamos melhorando a navegação, a interface e as possibilidades do aplicativo. Outra ferramenta em desenvolvimento é a possibilidade de que o usuário mais ativo de cada região possa se tornar “líder da rua” e mediar discussões e petições junto ao setor público. Sobre parcerias, quanto mais organizações estiverem com a gente, melhor. O objetivo é estreitar os laços com a sociedade civil.

Aplicativos do bem

Softwares permitem que deficientes visuais utilizem celulares e computadores

BRUNA CRAVO

No Brasil existem cerca de 16 milhões de pessoas com deficiência visual, segundo dados do IBGE. E a tecnologia vem sendo cada vez mais desenvolvida para suprir as necessidades dessa fatia da população. Hoje em dia é possível encontrar aplicativos capazes de auxiliá-los no uso diário, como programas de leitura de tela que funcionam por meio de um aparelho sintetizador de voz e possibilitam o uso de computadores e celulares.

Segundo Tomaz Mikio, professor nos cursos de Exatas e Tecnologia da Universidade Metodista de São Paulo e consultor em desenvolvimento de softwares, a engenharia de software vem investindo cada vez mais em aplicativos que ofereçam suporte às pessoas com necessidades especiais. Ele explica que esses programas permitem que o usuário com pouca, ou nenhuma acuidade visual, utilize recursos de escrita e leitura e aumentem sua qualidade de vida. “Graças ao sistema de voz, que lê as letras selecionadas do teclado, é possível enviar e receber mensagens com facilidade. Já existem diversos programas como este no mercado”, afirma Mikio.

O deficiente visual Fernando José da Silva utiliza programas de leitura na tela de seu celular. “Ele permite que eu mande mensagens e também estude o conteúdo que baixo na tela. Um software desses abre os horizontes de quem tem problemas de visão”, diz. Os aplicativos também promovem diversão. Fernando diz que, graças aos softwares adaptados, consegue baixar músicas e filmes. “Pode ser uma coisa básica para as outras pessoas, mas para nós, não. É uma verdadeira revolução”.

ALTO CUSTO AINDA LIMITA USUÁRIOS

Contudo, ainda faltam adequações para tornar a acessibilidade mais completa. Para Tomaz, qualquer software só pode ser considerado funcional quando satisfaz as necessidades de quem o utiliza. “Um aplicativo que consegue realizar isto com suces-



Divulgação

Aplicativos permitem inclusão de portadores de necessidades especiais

so é resultado de todo um processo de desenvolvimento que inclui, entre diversos fatores, um levantamento bem-sucedido das necessidades do usuário e a disponibilidade e domínio de tecnologias que permitam o desenvolvimento de uma solução”, diz.

Infelizmente, esse tipo de aplicativo não está acessível a todos os deficientes, por conta de seu alto custo. Além de o usuário comprar o aparelho celular ou computador, é necessário que adquira junto o software especial. “Na licença do meu celular,

paguei R\$ 700. E não adiantava ir à loja e comprar qualquer aparelho, existe uma lista de modelos compatíveis com o sistema”, conta Fernando. Mesmo com algumas restrições, esses softwares auxiliam, e muito, a vida desses internautas.